

Cleudemar Alves Fernandes

ANÁLISE DO DISCURSO
reflexões introdutórias

Edição revista e ampliada

Cleudemar Alves Fernandes

ANÁLISE DO DISCURSO
reflexões introdutórias

Edição revista e ampliada

SUMÁRIO

Proposição

A Noção de Discurso: discurso, ideologia e efeito de sentido

O Sujeito Discursivo: polifonia, heterogeneidade e identidade

Formação Discursiva; Memória e Interdiscurso: linguagem e história

Análise do Discurso: entrecruzamento de diferentes campos disciplinares

Metodologia em Análise do Discurso

Um Exercício de Análise de Discurso

Uma Volta aos Percursos Teóricos: as três épocas da AD e histórias mais

Palavras Finais

Indicações para Leitura

Referências Bibliográficas

Proposição

Nossa experiência como professor na área de Lingüística, mais especificamente de Análise do Discurso, em cursos de graduação e de pós-graduação, tem nos possibilitado compartilhar um anseio comum entre os profissionais e estudantes dessa área. Referimo-nos à falta, e conseqüentemente à necessidade, de um material bibliográfico cuja natureza didática facilite o acesso ou a compreensão da Análise do Discurso como uma disciplina.

Diante disso, em 2005 produzimos a 1^a. edição deste trabalho na tentativa de preencher essa lacuna na área em questão. Com o mesmo interesse, apresentamos agora uma edição revista e ampliada deste livro com o objetivo de fornecer aos colegas professores e aos estudantes de Análise do Discurso um material bibliográfico atualizado que reúna as questões basilares dessa área de estudos e que sirva como subsídio para as atividades de ensino. Ao apresentar uma reflexão de caráter introdutório, procuramos também fornecer pistas, ou abrir portas, para um estudo mais

aprofundado aos que se interessarem pelo discurso como objeto de investigação científica. Faremos, pois, uma reflexão em torno de alguns conceitos básicos, de caráter introdutório a essa área do conhecimento, e delinaremos caminhos, inclusive com indicações de leitura, para um estudo mais acurado.

Todo campo do saber edifica-se pautado em um rigor teórico a partir da definição de aspectos metodológicos, e focaliza um objeto que lhe é específico. Para a Análise do Discurso, enquanto disciplina, o próprio nome efetua referência ao seu objeto de estudos: o discurso.

Para a realização do nosso empreendimento, partiremos de uma interrogação inicial: “O que se entende por discurso?”. Após arrolarmos algumas reflexões visando à compreensão desse objeto, tendo em vista as suas especificidades e complexidade no campo disciplinar em questão, estabeleceremos suas inter-relações teóricas, abordando alguns conceitos primordiais da Análise do Discurso, necessários até mesmo para a compreensão de discurso enquanto objeto de estudo. O caráter de complexidade por nós assinalado decorre do fato de discurso implicar uma exterioridade à língua, ser apreendido no social, cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais.

Iniciaremos nossas reflexões justamente com um capítulo destinado à explanação da noção de discurso e suas possibilidades de apreensão para análise. Nesse momento, refletiremos também sobre a noção de sentidos e de efeitos de sentidos, conceitos decorrentes das representações sociais e imaginárias dos homens em sociedade.

Dando continuidade a este estudo, já em um segundo capítulo, arrolaremos reflexões específicas sobre a noção de sujeito discursivo, uma vez que, para a Análise do Discurso, não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico, ou seja, como alguém que tem uma existência individualizada no mundo. Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes. Assim, as noções de polifonia, heterogeneidade e identidade também constituem objeto de reflexão e são necessárias para se compreender o que chamamos sujeito discursivo.

As noções de formação discursiva, de interdiscurso e o papel da memória (uma memória de natureza social) também fazem parte do rol dos conceitos básicos necessários para se ter uma compreensão da Análise do Discurso. Esses conceitos serão abordados em capítulo específico neste estudo, o terceiro apresentado, momento em que faremos uma recorrência à História, disciplina que se entrecruza com a Lingüística para a constituição da Análise do Discurso.

Mostraremos, também em capítulo específico, o entrecruzamento de diferentes disciplinas na constituição da Análise do Discurso no rol das ciências da linguagem, uma vez que, para referir-se a discurso, necessita-se romper com uma visão estritamente lingüística e compreender as inter-relações da linguagem com a História e com a Psicanálise. Explicitaremos esse caráter interdisciplinar visando à explicação da constituição da Análise do Discurso como subárea da Lingüística.

Nessa mesma direção, apresentaremos um capítulo para explicitar aspectos metodológicos próprios à Análise do Discurso. Nesse campo disciplinar, teoria e metodologia são indissociáveis, à escolha metodológica vincula-se a escolha teórica, o que deve ser condizente com a natureza do objeto discursivo tomado para análise.

Após a explanação dos conceitos básicos da Análise do Discurso, faremos um breve exercício de análise de discurso. Tomaremos como material para análise o poema *Leilão*, escrito em 1933 por Joraci Schafflär Camargo e Hekel Tavares. Com a análise, apontaremos os diferentes discursos materializados nesse texto e explicitaremos o entrecruzamento dos aspectos sociais, históricos e ideológicos na linguagem, a partir dos quais apontaremos as diferentes vozes constitutivas do sujeito discursivo.

Finalmente, faremos um retorno, para, com recorrência à história dessa disciplina, explicitarmos, ainda que brevemente, seu percurso teórico. A construção teórica da Análise do Discurso, de suas primeiras proposições aos dias atuais, passou por reelaborações, por alterações, ao que seus proponentes e estudiosos denominaram inicialmente as três épocas da AD: AD1, AD2 e AD3. Aqui, acrescentamos o subtítulo histórias mais para pincelarmos, ainda que breve e superficialmente, os desdobramentos e abrangência atuais dessa disciplina. Optamos por apresentar o percurso teórico após a apresentação dos conceitos, como os compreendemos atualmente, por acreditarmos que, neste momento, diante de uma reflexão acerca dos aspectos basilares da Análise do Discurso, a compreensão da história desse constructo teórico será facilitada.

A seqüência dos capítulos como os apresentamos deve-se apenas a uma organização didática para este texto,

pois, na Análise do Discurso, os conceitos se implicam. Ou seja, cada conceito ao ser arrolado exige a presença e explanação de muitos outros, com os quais estabelece uma relação de interdependência.

**A Noção de Discurso: discurso, ideologia
e efeito de sentido**

Como o próprio nome da disciplina em foco – Análise do Discurso – indica, **discurso** é o objeto de que essa disciplina se ocupa. Como se trata de um campo do conhecimento cientificamente constituído, a compreensão desse objeto de análise requer um rigor teórico, do qual devemos nos vestir para referirmos a discurso. Diante disso, partiremos da interrogação: “o que se entende por discurso?”

Discurso, como uma palavra corrente no cotidiano da língua portuguesa, é constantemente utilizada para efetuar referência a pronunciamentos políticos, a um texto construído a partir de recursos estilísticos mais rebuscados, a um pronunciamento marcado por eloquência, a uma frase proferida de forma primorosa, à retórica, e muitas outras situações de uso da língua em diferentes contextos sociais. Porém, para compreendermos *discurso* como um objeto do qual se ocupa uma disciplina específica, objeto de

investigação científica, devemos romper com essas acepções advindas do senso comum, que integram nosso cotidiano, e procurar compreendê-lo respaldados em acepções teóricas relacionadas a métodos de análise.

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real.

Para exemplificar essas considerações, observemos o emprego dos substantivos *ocupação* e *invasão* em revistas e jornais que circulam em nosso cotidiano. Tais substantivos são constantemente encontrados em reportagens e/ou entrevistas que versam sobre os movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra e revelam diferentes discursos que se opõem e se contestam. Em torno do Sem-Terra, *ocupação* é empregado pelos próprios Sem-Terra, e por aqueles que os apoiam e os defendem, para designar a utilização de algo obsoleto, até então não utilizado, no caso, a terra. *Invasão*, referindo-se à mesma ação, é empregado por aqueles que se opõem aos Sem-Terra, contestam-nos, e

designa um ato ilegal, considera os sujeitos em questão como criminosos, invasores. As escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema.

Integrante da noção de discurso, encontra-se a noção de **sentido** compreendida como um **efeito de sentidos** entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio do uso da linguagem). Assim, *ocupação* e *invasão*, nos discursos supracitados, vão além de seus significados prescritos nos dicionários. Se observarmos, por exemplo, a significação de *invasão* para ambos os grupos de sujeito (os defensores e os contestadores do Sem-Terra) veremos que invadir tem sentidos diferentes e peculiares para esses sujeitos. Esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos.

Para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História. Com isso, podemos afirmar que os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana.

Acerca do discurso observado como ação social, Orlandi (1999, p. 15) argumenta:

a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens.

Quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam. Para melhor compreender essa pluralidade de sentidos de uma mesma palavra, podemos refletir sobre os sentidos do substantivo *terra* quando enunciado, por exemplo, pelos Sem-Terra e quando enunciado por fazendeiros integrantes da UDR (União Democrática Ruralista), uma vez que aqueles representam, de certa maneira, uma ameaça a estes (e vice-versa). Se acrescentarmos a essa ilustração os sentidos de *terra* na Bíblia e aqueles produzidos por indígenas, entre outros, teremos então uma pluralidade de sentidos integrantes de (e decorrentes de) diferentes discursos.

Essas reflexões permitem afirmar que a língua se insere na história (também a construindo) para produzir sentidos. O estudo do discurso toma a língua materializada em forma de texto, *forma lingüístico-histórica*, tendo o discurso como o objeto. A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de

produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997b, p. 190).

A noção de discurso implica, nesse processo, considerar as condições histórico-sociais de produção que envolvem o discurso. Ilustramos, a esse respeito, que a palavra *terra*, ao ser utilizada por determinados sujeitos, integra um discurso e não outro tendo em vista a posição, o lugar sócio-histórico-ideológico daqueles que a enunciam.

Como exterioridade à língua e à fala, o discurso, considerado como um objeto de investigação, constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social. A começar pela busca de um espaço na Lingüística, discurso não é a língua e nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; realiza-se, então, por meio de uma materialidade lingüística (verbal e/ou não verbal), cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas (lingüístico e/ou semióticos) estruturalmente elaborados. Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas lingüísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente lingüístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a

fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado para análise. Eis que, dessa maneira, se instaura um campo de conflitos no qual diferenças sociais coexistem. Se há diferenças, há embates no social e, conseqüentemente, no lingüístico. O que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena. Portanto, ideologia é imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso.

Se na exterioridade do lingüístico, no social, há posições divergentes que se contrastam, nota-se a coexistência de diferentes discursos concomitantes, isto implica diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade, daí os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir de sua inscrição ideológica; de sua voz, emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas. Porém, o social e o ideológico que possibilitam falar em discursos, assim como o discurso, têm existência na História. Os discursos devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição.

A unidade do discurso constitui-se por um conjunto de enunciados efetivamente produzidos na dispersão de acontecimentos discursivos, compreendidos como seqüências formuladas, cuja compreensão é possibilitada pela indagação seguinte, colocada por Foucault (1995, p. 31): *como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?*

Essa interrogação faz com que busquemos compreender a produção dos discursos como elemento integrante da História. Se pensarmos, por exemplo, o uso dos lexemas *invasão* e *ocupação*, tão recorrentes em textos midiáticos, conforme assinalamos anteriormente, e procurarmos compreendê-los a partir da questão colocada por Foucault, veremos as condições de produção do discurso, ou seja, compreenderemos, a partir de um olhar para a história, os aspectos históricos e socioideológicos que envolvem a produção do discurso. Antes do surgimento dos movimentos dos Sem-Terra, tais enunciados (se compreendermos esses substantivos como enunciados, face aos efeitos de sentido deles decorrentes) não circulavam na mídia que integra nosso cotidiano, não havia um espaço histórico-social que lhes possibilitasse a existência.

Trata-se, nesse contexto, de compreender a singularidade da existência do enunciado, suas condições de produção. Como atesta Robin (1973), busca-se verificar, a partir de enunciados efetivamente produzidos em determinada época e lugar, as condições de possibilidade do discurso que esses enunciados integram. Isto equivale a dizer que as transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão.

A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s), conforme exemplificamos referindo-nos ao emprego de *invasão* e *ocupação* em discursos em torno do Sem-Terra.

O sentido é um efeito de sentido da enunciação entre

A e B, é o efeito da enunciação do enunciado. Isto, considerando que A e B representam diferentes sujeitos em interlocução, inscritos em espaços socioideológicos específicos.

O sentido de uma seqüência só é materialmente concebido na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva [...] Trata-se de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. [...] Os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. (Pêcheux & Fuchs, 1990, p. 169).

O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadores de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e *intervém a título de* condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico. Trata-se

de alguma coisa mais forte - que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando [...] marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (Orlandi, 1999, p. 32).

Isto posto, reiteramos que o discurso tem existência na exterioridade do lingüístico, no social, é marcado sócio-histórico-ideologicamente. Na exterioridade do lingüístico, no social, há posições divergentes pela coexistência de diferentes discursos, isto implica diferenças quanto à

inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade, daí os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir dessa inscrição; conforme mostramos, de sua voz, emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas.

Em síntese, verificamos que, para iniciar uma reflexão sobre o **discurso**, na perspectiva da **Análise do Discurso**, necessita-se buscar compreender conceitos como:

- **Sentido**: trata-se do efeito de sentido entre sujeitos em enunciação; nega-se a idéia de mensagem encerrada em si; contesta a imanência do significado;
- **Enunciação**: posição ideológica no ato de enunciar e que integra a enunciação, lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem e que marcam o momento e o ato de dizer;
- **Ideologia**: uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m);
- **Condições de produção**: aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso.

- **Sujeito discursivo:** constituído na inter-relação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos.

Esses conceitos, e outros ainda não apresentados, estão inter-relacionados e se implicam. À noção de **sujeito discursivo**, que exige reflexões sobre as noções de **polifonia**, **heterogeneidade** e **identidade** dedicamos o capítulo seguinte.

**O Sujeito Discursivo: polifonia, heterogeneidade e
identidade**

Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado. Se não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidade, como um ser empírico que tem existência particular, não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade. Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras

vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico.

Para a compreensão do sujeito nessa perspectiva, verificaremos como o sujeito pode ser apreendido e analisado a partir dos discursos. Iniciaremos, pois, com um breve e superficial olhar para a maneira como a Linguística Geral considera o sujeito para, então, contrapormos a essa perspectiva geral a acepção da Análise do Discurso, que considera o sujeito constituído por diferentes vozes sociais, e o tem como importante ponto de discussão para a compreensão de seu arcabouço teórico.

Na Linguística, em geral, o sujeito, quando considerado, ora é idealizado, ora é um sujeito falante, apreendido em um contexto social imediato. Para o sujeito idealizado (ideal e não real), trabalha-se com uma concepção de língua como algo abstrato, um dispositivo que o sujeito, nesse caso indivíduo, poderá apreender e, conseqüentemente, tornar-se usuário. Em relação ao contexto imediato, compreendido como momento e local específico em que se dá a comunicação, ou seja, em que ocorre o uso de uma língua determinada, destaca-se, por exemplo, a organização e estruturação do diálogo, o maior ou menor grau de obediência à gramática padrão em conformidade com cada contexto, etc., sendo que o contexto, inclusive, pode determinar as formas do dizer.

Uma das primeiras distinções a serem estabelecidas refere-se à diferença entre *sujeito falante* e *sujeito falando*. A referência a sujeito falante retoma as perspectivas acima mencionadas, ou seja, trata-se do sujeito empírico, individualizado, que, dada a sua natureza psicológica, tem a capacidade para a aquisição de língua e a utiliza em

conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência. O sujeito falando remonta à perspectiva assinalada quando expusemos a noção de discurso; refere-se a um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais.

Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. Isto posto, se retomarmos o emprego de *invasão* e *ocupação*, conforme já expusemos, temos, pela escolha lexical, a revelação da inscrição socioideológica do sujeito enunciator. Ao utilizar *ocupação*, por exemplo, o sujeito integra, como partícipe, um conjunto de sujeitos cuja natureza ideológica revela-o como solidário aos movimentos dos Sem-Terra, se não um de seus integrantes. Esses sujeitos se opõem ideologicamente a um outro conjunto de sujeitos dispersos no âmbito social, contrários a esses movimentos, que utilizariam o lexema *invasão*.

Contudo, o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição, que se negam e se contradizem. Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, na Análise do Discurso, denomina-se **polifonia** (pela composição dessa palavra, temos: poli = muitos; fonia = vozes). Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de **heterogeneidade**, que, em oposição à homogeneidade, designa um objeto, no caso um ser, constituído de elementos diversificados.

A noção de **polifonia** foi, originalmente, cunhada por Mikhail Bakhtin a partir de estudos desenvolvidos sobre o romance de Dostoiévski. No estudo dessa produção literária, Bakhtin pensou sobre o funcionamento do discurso como forma de refletir a complexidade do romance, sua estruturação pelos discursos, e as diferentes vozes presentes em uma obra literária.

Inicialmente, encontramos nesse pensador a noção de dialogismo, considerada como integrante da composição do texto literário, o que revela o discurso como interação entre os sujeitos. Dialogismo refere-se às relações *que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos* (Brait, 1997, p. 98), sendo que esse **outro** (escrito com letras minúsculas) compreende o mundo social no qual o sujeito se insere. Ao constatar que o sujeito dialoga com um amplo conjunto composto por outros sujeitos, com a realidade social que o envolve, Bakhtin retoma suas reflexões acerca de um plurilingüismo no romance e ressalta a presença da polifonia como as diferentes vozes no romance. Essas vozes são socialmente organizadas e possibilitam o estabelecimento de relações sociais.

Os conceitos de *dialogismo* e *polifonia* tiveram originalmente o texto literário como objeto de estudo, mas não se limitam a ele, estendem-se aos discursos cotidianos, integram a existência das pessoas no mundo. O estudo do romance do literato supracitado possibilitou a compreensão e a explicitação da natureza heterogênea constitutiva da linguagem e dos sujeitos. Assim, o sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais; daí o entrelaçamento de diferentes discursos na constituição

do sujeito discursivo, o que nos leva, com Bakhtin, à constatação de que o sujeito é polifônico. A linguagem será apreendida sempre em uma situação social e histórica, na qual e com a qual os sujeitos constituem-se pela interação social; o “eu” e o “outro” são inseparáveis e a linguagem possibilita-lhes a interação.

Como o homem não é uma criação literária, as observações acerca da pluralidade de vozes constitutivas do sujeito no romance, categorias denominadas por Bakhtin como dialogismo e polifonia, ao extrapolarem os limites do literário, são pensadas como elementos integrantes dos sujeitos em toda realidade social. São justamente as reflexões acerca de dialogismo e polifonia, iniciadas como integrantes de certo tipo de romance e compreendidas como inerentes à existência humana, que serão retomadas pela lingüista Jacqueline Authier-Revuz para a proposição do conceito de heterogeneidade discursiva.

A noção de **heterogeneidade**, conforme propõe essa autora, visando à compreensão do sujeito, é subdividida em duas formas. Temos a heterogeneidade constitutiva como condição de existência dos discursos e dos sujeitos, uma vez que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social. O sujeito constitui-se pela interação social estabelecida com diferentes sujeitos. A Segunda forma de heterogeneidade é a mostrada. Nesse caso, a voz do outro se apresenta de forma explícita no discurso do sujeito e pode ser identificada na materialidade lingüística.

Para melhor compreendermos as noções de heterogeneidade, como apresentamos acima, podemos nos remeter aos discursos científicos. Se tomarmos como exemplo um texto cuja finalidade é a de possibilitar a um

leitor leigo uma compreensão mínima da Lingüística como ciência, verificaremos questões como: a) o sujeito que o escreveu deve ser um sujeito autorizado para isso; seguramente, trata-se de um lingüista; b) para se inscrever nesse lugar de enunciação autorizado, o sujeito precisou constituir-se como um sujeito discursivo nesse lugar. (Dizemos com isso que o processo de constituição do sujeito como um lingüista implicou, além dos cursos que fez – graduação, pós-graduação, etc. –, inúmeras leituras e discussões sobre conceitos dessa área de conhecimento); c) para proceder a uma exposição da Lingüística como uma ciência, a voz do sujeito enunciador constitui-se por um conjunto de diferentes vozes (professores, colegas, textos lidos, etc.), e o texto produzido integra uma comunidade acadêmica. Verificamos, nessa feita, uma heterogeneidade constitutiva do sujeito. Entretanto, quando lemos esse texto de introdução à Lingüística, encontramos referências explícitas ou implícitas a textos e autores que o antecedem, por meio de comentários, citações, uso de aspas ou itálico. A essas diferentes vozes marcadas de maneira explícita, e integrantes desse objeto outro – texto introdutório à Lingüística recém produzido –, temos o que se denominou heterogeneidade mostrada.

A heterogeneidade mostrada *inscreve o outro na seqüência do discurso – discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia* (Authier-Revuz, 1990, p. 25).

Para esboçar o conceito de heterogeneidade, Authier-Revuz reflete sobre a relação do sujeito com a linguagem a partir de considerações, também, de natureza psicanalítica possibilitadas por Freud e suas releituras efetuadas por Lacan. Essa perspectiva corrobora a compreensão do sujeito

como descentrado, considerando que *sempre sob as palavras “outras palavras” são ditas*. O sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a *exterioridade está no interior do sujeito*, em seu discurso está o “outro”, compreendido como exterioridade social.

Esse viés psicanalítico revela um olhar sobre o inconsciente, sempre em atuação por meio da linguagem. O inconsciente, conforme expôs Freud, são manifestações de natureza psíquica do/no sujeito, que fogem ao âmbito de sua consciência, que não se manifestam de acordo com sua vontade, mas afloram nos sonhos, nos atos falhos, nos lapsos, etc. Assim, o inconsciente, como escape ao controle do sujeito e estruturado em forma de linguagem, conforme assevera Lacan, dá espaço à manifestação do desejo. Os lapsos, por exemplo, provocam sentidos contrários ao que o sujeito discursivo gostaria de mostrar. Nesse sentido, comumente ouvimos em situações cotidianas, após um sujeito fazer alguma afirmação, uma espécie de retificação como: “não é isso que eu quis dizer”, ou: “nossa, falei demais”. Além dessas constatações do próprio sujeito de que o que falou produziu sentidos além do que se desejava, a produção de sentido se dá fora do controle do sujeito e fora de seu alcance.

As reflexões acerca do descentramento do sujeito, a afirmação de que o sujeito não é o centro de seu dizer, encontra lugar também em Pêcheux (1997b, p. 173), quando discorre sobre dois tipos de esquecimentos do sujeito. O esquecimento número 2 refere-se à ilusão que o sujeito tem de controlar o que diz, de ser a fonte, a origem do seu dizer; Já pelo esquecimento número 1, o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos de seus dizeres. Essas ilusões são

necessárias ao sujeito, mas o sujeito não é o centro organizador da enunciação. A constituição do sujeito discursivo é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação social em diferentes segmentos da sociedade.

Por conseguinte, o sujeito não é dado *a priori*, resulta de uma estrutura complexa, tem existência no espaço discursivo, é descentrado, constitui-se entre o “eu” e o “outro”. Nesse contexto epistemológico, os sujeitos resultam de uma ligação da ideologia, inscrita histórico-socialmente, com o inconsciente, que dá vazão à manifestação do desejo.

No que se refere ao desejo, e sua manifestação no discurso, Authier-Revuz (1982) tomou de Lacan a designação **Outro** (com a letra “O” inicial maiúscula). Esse “Outro”, em contraposição ao “outro” (minúsculo) que designa o exterior, o social constitutivo do sujeito, refere-se ao desejo e sua manifestação pelo inconsciente, sob a forma de linguagem. Sendo o inconsciente, também, constituído socialmente, o “Outro” refere-se ao desejo do outro como constitutivo do desejo do “eu” (esse “eu” seria o Sujeito).

Dialogismo, polifonia e heterogeneidade constituem categorias discursivas que propiciam reflexões visando à compreensão do sujeito discursivo. Como atesta Authier-Revuz (1998, p. 79), reside nessas reflexões o *caráter não somente complexo, mas forçosamente heterogêneo do campo em que se jogam o dizer e o sentido*.

Com a proposição do conceito de heterogeneidade discursiva, Authier-Revuz reitera o caráter polifônico do sujeito discursivo e chama a atenção para o descentramento do sujeito: um “eu” implica outros “eus” e o outro se apresenta como uma condição constitutiva do discurso do

sujeito, afinal, um discurso constitui-se de outros discursos e sofre (trans)formações na História.

A esses apontamentos, acrescentam-se reflexões sobre a noção de **identidade**, também compreendida como plural, não fixa, ou seja, em constante processo de produção. A noção de identidade é um tema que vem sendo discutido por filósofos e sociólogos nos chamados estudos culturais pós-modernos. Estudiosos como Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Zygmunt Bauman, entre outros, têm caracterizado a identidade como plural e fragmentada. A identidade é apresentada como produto das novas relações sociopolíticas na sociedade e inacabada por não se esgotarem as transformações sociais que sofre. Para esses estudiosos, as identidades dispõem de um caráter transitório, mutante, decorrente da perda da estabilidade e da fixidez para o sujeito, deslocado, descentrado, e constituído pelas relações discursivas.

Dado o caráter plural da identidade, as reflexões sobre esse conceito corroboram o conceito de sujeito próprio à Análise do Discurso. Para esse campo disciplinar, o sujeito é produzido no interior dos discursos e sua identidade é resultante das posições do sujeito nos discursos. O sujeito discursivo é heterogêneo, constitui-se pela relação que estabelece com o outro, pelas interações em diferentes lugares na sociedade, e, com o Outro, que se materializa na linguagem e mostra o sujeito em um lugar desconhecido para si. A noção de identidade apresentada por Hall (2003) e por Bauman (2005) contribui para a noção de heterogeneidade na Análise do Discurso, porque estes autores tratam-na como plural e fragmentada, o que colabora a compreensão da constituição do sujeito discursivo, uma vez que a existência do “eu” se dá pela

constituição de múltiplos fragmentos do outro. Assim, o sujeito está deslocado de seu espaço sociocultural e também de si mesmo.

As múltiplas identidades que passaram a constituir o sujeito fizeram com que, em diferentes momentos, esse sujeito assumisse diferentes identidades. No interior dos discursos, o sujeito assume diferentes posições, portanto, a sua identidade nunca será a mesma em diferentes momentos e lugares em que se encontre. O sujeito, assim como a identidade, está sempre em movimento, desloca-se constantemente, e cada lugar ocupado por ele o faz mostrar-se outro, diferente de si, o que atesta o caráter contraditório e inacabado da identidade. Reiteramos ainda que cada lugar sócio-histórico constitutivo do sujeito e da identidade resulta, em sua constituição, de uma heterogeneidade, e se constitui pela inter-relação com outros diferentes lugares.

A heterogeneidade constitutiva do sujeito, reiterada nas diferentes identidades, algumas contraditórias, outras inacabadas e algumas ainda por se produzirem, e nenhuma fixa, todas moventes, revelam-nos a complexa constituição do sujeito no discurso. Pelos discursos materializados na/pela língua, vislumbramos os deslocamentos, as movências, e a pluralidade constitutiva do sujeito.

Na Análise do Discurso, a subjetividade também é vista da exterioridade, é uma construção histórica sob determinadas condições, e se dá na relação com o discurso. Discorrer sobre a subjetividade, assim como sobre o sujeito e a identidade, não significa entrar na interioridade do sujeito, requer apreendê-lo pela exterioridade. Não se trata de uma relação do sujeito consigo mesmo da ótica da interioridade, pois ele se constitui sob determinadas

condições de produção, é construído na relação da exterioridade.

As transformações sofridas nas condições sociais manifestam-se nas produções discursivas, sempre marcadas pelo entrecruzamento de discursos e acontecimentos anteriores. Acentua-se, dessa maneira, a fragmentação do sujeito, a heterogeneidade constitutiva do discurso. O sujeito discursivo é plural, ou seja, é atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas.

Com esses apontamentos acerca da constituição do sujeito discursivo na/pela interação social marcada por contrastes próprios às inscrições ideológicas que se opõem, e aos diferentes discursos coexistentes, reiteramos que a polifonia é um aspecto constitutivo dos diferentes discursos e os sujeitos sofrem (trans)formações no cenário histórico-social que lhes possibilitam, pela dispersão dos sentidos, constituírem-se discursivamente. A identidade, assim como o sujeito, não é fixa, está sempre em produção, encontra-se em um processo ininterrupto de construção e é caracterizada por mutações.

Para a Análise do Discurso, dada a natureza heterogênea de seus objetos de estudo, o discurso, o sujeito e a identidade devem ser observados a partir de ocorrências lingüístico-discursivas, uma vez que os enunciados apontam para posições-sujeito. É no social que se definem as posições-sujeito, não fixas, marcadas por mutabilidade, e a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas. Não se trata, seguramente, de pontos fixos característicos dos sujeitos, trata-se de movências, de deslocamentos e transformações constantes na constituição dos sujeitos.

À guisa de conclusão, reiteramos:

- **Sujeito:** constituído por diferentes vozes sociais, é marcado por intensa heterogeneidade e conflitos, espaços em que o desejo se inter-relaciona constitutivamente com o social e manifesta-se por meio da linguagem.
- **Polifonia:** vozes, oriundas de diferentes espaços sociais e diferentes discursos, constitutivas do sujeito discursivo.
- **Heterogeneidade:** formas de presença no discurso das diferentes vozes constitutivas do sujeito. Heterogeneidade não-mostrada (presença implícita de outras vozes constitutivas da voz do sujeito) e heterogeneidade mostrada (presença explícita de outras vozes, marcadas, na voz do sujeito).
- **Identidade:** plural, fragmentada e marcada por mutabilidade, íntegra, ao mesmo tempo em que decorre de, as relações discursivas; logo, trata-se de uma identidade de natureza discursiva, não fixa.

O sujeito não é homogêneo, e, ao conceituá-lo, referimo-nos às noções de **formação discursiva** e **formação ideológica**, e à inter-relação linguagem e história, perpassada pela memória, conceitos que constituem o centro das reflexões a serem arroladas no tópico seguinte.

**Formação Discursiva; Memória e Interdiscurso:
linguagem e história**

As reflexões arroladas em torno das noções de discurso, sentido e sujeito levaram-nos a refletir sobre transformações sociais historicamente marcadas. Quando nos referimos a *invasão* e *ocupação*, fizemo-lo para mostrar a diferença de discursos coexistentes em torno de um mesmo tema, e colocamos em pauta uma questão levantada por Foucault (1995, p. 31); a saber: *como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?*. Essa interrogação, frente à aparição e circulação desses lexemas na mídia, leva-nos a procurar compreendê-los como enunciados integrantes de diferentes discursos. Conseqüentemente, recorreremos à História visando a explicitar os processos socioideológicos que fazem com que tais lexemas, compreendidos como enunciados integrantes de diferentes discursos, tenham lugar em nosso cotidiano. Os efeitos de sentido desses então enunciados revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação, dos

lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados.

Invasão e *ocupação* têm lugar na História em razão do surgimento dos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra e revelam a formação de discursos em contrastes. O surgimento desses movimentos socialmente organizados implicou embates e demarcação de posições ideologicamente definidas. Se de um lado encontram-se sujeitos atuando como apoio e sustentação de tais movimentos, de outro, há os que os combatem, na tentativa de coibi-los. Assim, ocorre a formação de diferentes discursos que integram os processos de formação e transformação sociais próprios à existência do homem na história.

Uma formação discursiva revela formações ideológicas que a integram. Se olharmos mais detalhadamente para *ocupação*, considerando esse lexema como um enunciado integrante de uma formação discursiva, veremos que seu uso envolve sujeitos oriundos de facções religiosas, de partidos políticos de caráter esquerdista, trabalhadores de origem rural, entre outros. Há, nessa efervescência, o entrecruzamento de diferentes discursos e formações ideológicas constituindo uma formação discursiva que, grosso modo, caracteriza-se pela defesa/aceitação do Sem-Terra. Diante disso, podemos atestar que toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que, na Análise do Discurso, denomina-se **interdiscurso**. Trata-se, conforme assinalamos, de uma **interdiscursividade** caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais.

Os enunciados apreendidos em dada materialidade lingüística explicitam que o discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos e discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e modificam-se. Uma formação discursiva dada apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na. Na História e no social, observa-se uma dispersão de discursos e acontecimentos, que, na descontinuidade própria dos elementos e acontecimentos históricos, na contradição e negação do que se pode dizer somente em determinada época e/ou lugar, encontra-se a unidade do discurso. Consoante com Foucault (1995), todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos.

Esses elementos possibilitam a compreensão do surgimento de novos cenários socialmente organizados e/ou em organização, tendo em vista a transitoriedade característica do ser humano e da História, sempre passando por transformações sociais. O aparecimento do Sem-Terra, por exemplo, como grupos de sujeitos socialmente organizados atesta uma formação social na história do Brasil.

Nesse quadro teórico, o discurso apresenta-se relevante para se compreender as mudanças histórico-sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas, resultando na produção de um outro discurso. O aspecto histórico decorre da interação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, que conduz para a constituição de novos sujeitos e novos grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos. A interação envolve a natureza dos processos de

produção do discurso, também chamado de prática discursiva. Na dimensão *prática social*, o discurso, ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, ideologicamente marcado. Observando-se ainda o Sem-Terra, o discurso como prática social é visível.

Nesse ínterim, a formação de um discurso resulta da combinação de diferentes discursos. Sobre a noção de formação discursiva, Foucault (1995), Pêcheux (1990 e 1997b) constituem leituras necessárias, cuja compreensão e articulação nas teorias discursivas são imprescindíveis para se compreender a Análise do Discurso e para proceder à análise de discursos.

Pêcheux (1990b, p. 314), reportando-se a Foucault, argumenta:

uma noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais.

Reiteramos, com essas palavras citadas, que uma formação discursiva nunca é homogênea, é sempre constituída por diferentes discursos. Um mesmo tema, ao ser colocado em evidência, é objeto de conflitos, de tensão, face às diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem, contestam-se.

Quando buscamos compreender, por meio de uma análise, uma formação discursiva dada, vemos que é apenas parcialmente apreendida, pois caracteriza-se por uma incompletude e tem uma natureza complexa na sua própria dispersão histórica. Um enunciado, enquanto estrutura lingüística, implodirá sob o olhar do analista, pois, de opaco, torna-se cheio; de tão coletivo, torna-se particular; de agente, pode tornar-se objeto (e vice-versa). Assim, todo enunciado pode tornar-se outro(s).

Para melhor compreendermos essas considerações, podemos retomar o lexema *terra*, considerando-o como um enunciado integrante de diferentes discursos. Esse enunciado, ao ser empregado, por exemplo, pelo Sem-Terra e pelos integrantes da União Democrática Ruralista, nunca será o mesmo tendo em vista a inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas e as diferenças de sentido daí decorrentes. Conforme já pontuamos, o emprego do lexema *terra* (considerado como um enunciado) e seus efeitos de sentido revelam-no como elemento que assegura unidade em discursos que se contradizem (de um lado, a defesa do Sem-Terra, e de outro, a contestação).

Na História, podemos *agrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador* (cf.: Foucault: 1995, p. 24). Entretanto, quando nos referimos à unidade discursiva, não estamos diante de um elemento homogêneo e nem uniformemente aplicável. O conceito de *unidade discursiva*, oriundo de Michel Foucault, apoia-se na materialidade histórica e constitui-se na dispersão de acontecimentos.

A noção de unidade vincula-se à de dispersão, pois, como argumenta Foucault, todo discurso resulta de um *já-dito* (não sabido, apagado) e esse já-dito é sempre um

jamais-dito. Tudo que foi/é enunciado, secretamente, silencia-se na dispersão temporal e, pela descontinuidade, na História, renuncia a temas e acontecimentos que, como discursos, permanecem apagados, perdidos no tempo em decorrência das transformações histórico-sociais que ocorrem. Porém, esse já-dito (re)aparece transformado em um jamais-dito, como continuidade de acontecimentos e discursos que se dispersam no tempo. Nesse ínterim, unidade e dispersão implicam-se, não se opõem, e uma formação discursiva tem sua regularidade pela constância de unidades *inteiramente formadas*. (No tocante às formações discursivas em torno dos Sem-Terra, mencionadas como exemplo, além de *invasão* e *ocupação*, há um conjunto complexo de outros elementos – linguagem, sujeito, ideologia, etc. – envolvidos).

Ao falarmos sobre formação discursiva, referimo-nos ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas.

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (Foucault, 1995, p. 31).

Unidade e dispersão, como conceitos integrantes da noção de formação discursiva, são marcadas por heterogeneidades constantes no jogo das relações sociais, coexistem às concomitantes divergências ideológicas que

demarcam os campos discursivos. Os enunciados, assim como os discursos, são acontecimentos que sofrem continuidade, descontinuidade, dispersão, formação e transformação, cujas unidades obedecem a regularidades, cujos sentidos são incompletamente alcançados. Os enunciados, compreendidos como elementos integrantes das regularidades discursivas, inscrevem-se nas situações que os provocam e, por sua vez, provocam conseqüências, mas, vinculam-se, também, a enunciados que os precedem e os sucedem. Para analisá-los, buscamos compreender as relações que os engendram na produção de sentidos.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (Foucault, 1995, p. 43) (Grifo nosso).

Os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas obedecem a regras de formação que refletem as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em determinada formação discursiva, historicamente marcada. Uma formação discursiva caracteriza-se pela existência de um conjunto semelhante de objetos e enunciados que os descrevem, pela possibilidade de explicitar como cada objeto do discurso tem, nela, o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que a engendram derivam de um mesmo jogo de relações. Trata-se, como observa Robin

(1973), de compreender as condições de possibilidade do discurso, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. Uma formação discursiva resulta de um campo de configurações que coloca em emergência os dizeres e os sujeitos socialmente organizados em um momento histórico específico. Porém, uma formação discursiva não se limita a uma época apenas; em seu interior, encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico, e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido.

Como argumenta Gregolin (1997, p. 56), *a interpretação de temas re-significados mostra que o discurso, a História e a memória constróem movimentos de sentidos*, e analisar o discurso implica fazer aparecer objetos e enunciações que aparecem e desaparecem, coexistem e transformam-se em um espaço discursivo e possibilitam, ainda, verificar a presença de certos temas em dada formação discursiva.

A noção de **memória discursiva**, cunhada inicialmente por Courtine (1981), não se refere a lembranças que temos do passado, a recordações que um indivíduo tem do que já passou. Como atesta Pêcheux (1999a, p. 11): *a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social*. Esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar

equivalência. Um discurso engloba a coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

A título de ilustração, voltemos aos sentidos do lexema *terra* na formação discursiva do Sem-Terra. Em estudos específicos sobre essa formação discursiva, verificamos que os sujeitos denominados Sem-Terra pautam-se em experiências vividas no passado, que lhes possibilitaram formações socioculturais as quais procuram reconstruir. Os sentidos de *terra* implicam um espaço sociocultural rural que se opõe às condições socioculturais vividas por eles nas cidades, que são recusadas pelos sujeitos em questão que priorizam a vida bucólica já experimentada, portanto, sabida em tempos passados. Em se tratando de memória discursiva, não estão em questão as lembranças que cada sujeito tem do passado, mas sim a existência de um mundo sociocultural, com formas de trabalho, de lazer, etc., específicas.

Isto posto, diferentes discursos coexistem e materializam-se, às vezes, por meio de enunciados estruturalmente semelhantes, mas têm sua unidade pelos efeitos de sentido decorrentes da inscrição ideológica desses enunciados. Para Robin (1973, p. 107), *os discursos são governados por formações ideológicas*. Como formação discursiva reflete, também, formação social, retoma-se uma heterogeneidade própria à coexistência e “miscigenação” das diferentes forças sociais.

Conforme assinalamos em relação aos discursos dos Sem-Terra, se a dominância de um modo de produção

representa o primado da vida econômica, a pobreza, por sua vez, implica formação social e todas as outras formações e transformações até então assinaladas, porque na pobreza também há lutas econômicas e políticas. Tais lutas têm seus impactos em diferentes lugares sociais.

Os aspectos ideológicos e políticos, no discurso, apresentam-se semanticamente relevantes, pois refletem, na interação entre os sujeitos, o lugar histórico-social de onde o discurso é produzido. A ação política, em forma de discurso, apresenta valores ideológicos na construção de determinados espaços sociais. Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem, e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, conseqüentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos. As relações de poder são preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História. As alterações político-ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social. Na verdade, novas perspectivas políticas e ideológicas, que provocam o surgimento de um novo cenário sociocultural, são aspectos inerentes à formação de um discurso.

Ao efetuarmos referência às práticas discursivas, referimos, também, a práticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção. Essa observação torna oportuno refletir sobre as condições de produção dos discursos que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico, incluindo, igualmente, as condições

de produção de bens materiais e a (re)produção das próprias condições de produção.

A inter-relação do discurso com suas condições de produção envolve tudo o que está no campo da enunciação, isto é, o contexto histórico-social inerente à produção de sentidos.

A recorrência à História faz-se presente na análise do discurso, pois trata-se dos sentidos produzidos no discurso, de acordo com as condições de produção histórico-sociais peculiares à existência dos sujeitos. Evita-se, assim, possíveis críticas como a que Pêcheux (1999b, p. 11) atribui à Psicologia Social:

a psicologia social entende fazer experimentos (em laboratório ou em campo) sobre construções/manipulações da interação, e em particular da interação verbal. Nesse quadro, a “situação” experimental – construída em laboratório ou provocada em campo – é uma cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (falas, textos ou discursos) é imediatamente identificada a seqüências “observáveis” de ações (condutas, comportamentos) de trocas entre os protagonistas da interação.

Contrapondo-se a essa abordagem a-histórica, a Análise do Discurso, ao refletir sobre as condições histórico-sociais que envolvem a produção do discurso, recorre à História visando a analisar o material em termos de produções localizáveis em um lugar sócio-histórico (lugar de produção socioeconômico, político-ideológico e cultural). Essa perspectiva foi explicitada ao refletirmos sobre a noção de formação discursiva e outros conceitos daí decorrentes, conforme síntese apresentada a seguir.

- **Formação discursiva:** refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica.
- **Formação ideológica:** *conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras* (Pêcheux & Fuchs, 1990, p. 166). É segundo as posições dos sujeitos que os sentidos se manifestam, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.
- **Memória discursiva:** espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.
- **Interdiscurso:** presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de

diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva. Diferentes discursos entrecruzados constitutivos de uma formação discursiva dada; *de um complexo com dominante*.

Reiteramos, com o até então exposto, que a Análise do Discurso resulta de uma interdisciplinaridade que envolve a **Lingüística**, a **História** e também a **Psicanálise**. Para melhor compreensão das bases fundadoras dessa disciplina, apresentaremos o capítulo seguinte.

**Análise do Discurso: entrecruzamento de
diferentes campos disciplinares**

Conforme mostramos nos capítulos anteriores, pela inter-relação Lingüística e História e pela recorrência à Psicanálise para a conceituação do sujeito discursivo, a Análise do Discurso é uma disciplina de caráter transdisciplinar. Sua constituição na Lingüística, como discutiremos a seguir, decorre do entrecruzamento de teorias de diferentes campos do saber. Assim, como pontua Orlandi (1986, p. 119), temos:

- a) o **materialismo histórico**: compreendido como teoria das formações e transformações sociais. É na/pela história que observamos as condições de produção do discurso, ou seja, o porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro em seu lugar.
- b) a **Lingüística**: tomada como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Para a Análise do Discurso, trabalha-se com elementos lingüísticos que possibilitam a

materialização dos discursos; observa-se no material de análise a inter-relação constitutiva da linguagem face à sua exterioridade.

- c) a **teoria do discurso**: trata da determinação histórica dos processos semânticos. Refere-se à produção dos sentidos decorrentes dos fenômenos históricos.

Diante dessa enumeração, vemos como um enunciado, definido sob seus aspectos formais, tem sentidos diferentes ao ser produzido em diferentes momentos históricos, e/ou ideológicos; dessa forma, um enunciado torna-se outro. (Aspecto exemplificado nas reflexões anteriores pela observação do emprego do lexema *terra* em diferentes discursos).

As referências fundadoras da AD são precisadas também por Gregolin (2003), a quem recorremos para reiterar alguns elementos que possibilitam a compreensão da constituição teórica dessa disciplina. A saber:

- a) o atravessamento da Lingüística pelo Marxismo, próprio à explicitação do objeto da Análise do Discurso – o discurso –, que resulta da articulação entre o lingüístico e o histórico;
- b) uma constante problematização das bases epistemológicas da AD, até mesmo pela pluralidade e especificidades dos objetos;
- c) o discurso como objeto de estudo apresenta-se também como um lugar de enfrentamento

teórico. (Cada objeto tomado para análise apresenta, por exemplo, elementos da história que lhes são peculiares, o que implica uma volta à teoria);

- d) a Análise do Discurso implica apreender a língua, o sujeito e a história, em funcionamento, uma vez que a própria teoria do discurso revela uma determinação histórica dos processos semânticos, e, com isso, uma dispersão dos sentidos.

Consoante com a autora em questão, tem-se a constituição de um campo disciplinar na Lingüística, voltado para as condições de produção do dizer, cuja história *pode ser visualizada a partir dos anos 1960*. Desta feita, a *episteme* da Análise do Discurso origina-se, prioritariamente, do entrecruzamento das três áreas do conhecimento científico supracitadas (materialismo histórico, lingüística, e teoria do discurso). Como atesta, ainda, Gregolin (2003), esses campos disciplinares articulados para a constituição teórica da AD são atravessados por uma teoria subjetiva de ordem psicanalítica, que traz o inconsciente para o interior de suas reflexões. O lugar da **Psicanálise** é notório no que concerne às noções de sujeito discursivo e de discurso, conforme mostramos.

Em leitura da bibliografia da Análise do Discurso visando à compreensão de sua constituição teórica, pensamos-la no interior de uma Lingüística que toma a linguagem em uma relação constitutiva com sua

exterioridade. Diante desse apontamento, destacamos a seguinte afirmação de Michel Pêcheux:

se a Lingüística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões sob a forma de questões que lhe dizem respeito (Pêcheux, 1997b, p. 88).

A partir dessa observação, podemos refletir sobre a presença de uma exterioridade, aqui denominada *Materialismo Histórico*, que atravessa a Lingüística resultando na constituição da Análise do Discurso como uma de suas ramificações, pois é no interior de problemas colocados pela linguagem que essa exterioridade tem eco. No mesmo texto em que buscamos a citação acima apresentada, Michel Pêcheux lembra-nos as seguintes palavras de Lênin: “a língua sempre vai onde o dente dói”. Se podem ser muitas as dores, precisam ser muitos, também, os alívios, portanto, necessitamos, de fato, romper os limites discursivos próprios a uma disciplina, como adverte Foucault (2000), os quais, muitas vezes, representam-lhe limitações, e recorreremos a outros domínios que o atravessam para então compreendermos a constituição disciplinar da Análise do Discurso.

Cientificamente, consideramos a Lingüística como uma disciplina acadêmica devidamente constituída (C.f. Lyons, 1981), porém, muitas vezes atravessada por outros campos disciplinares. Esse atravessamento, como adverte o referido autor, longe de ameaçar o seu *status de ciência*, faz com os pesquisadores não aceitem, unanimemente, a existência de um único método de investigação para todos

os ramos da Lingüística, e possibilita a existência, em seus domínios, de diferentes subáreas, como a Psicolingüística, a Geolingüística, a Sociolingüística, entre tantas outras. Se os estudos da linguagem, de uma maneira geral, voltam-se para a descrição ou análise da sua natureza, da sua realidade interna (aspectos formais e estruturais) e do seu funcionamento, ressaltamos que cada ramificação interna à Lingüística postula, a partir de um constructo teórico próprio, o objetivo a ser perseguido na investigação dos dados. O constructo teórico e o objetivo, por sua vez, impõem a necessidade de um método específico. Assim, em tempos passados, contrastaram-se o empirismo, que considera todo conhecimento como advindo da experiência, e o racionalismo, que enfatiza o papel da mente no conhecimento. A partir dessa observação de caráter genérico, poder-se-ia discorrer sobre o caráter de cientificidade da Lingüística, explicitando, inclusive, que não há homogeneidade, haja vista a diversidade de métodos próprios a cada ramificação, conforme assinalamos. Entretanto, no escopo dessas questões, interessa-nos focalizar a constituição da Análise do Discurso a partir de um atravessamento teórico, conforme pontuamos.

Para atender tal proposição, o analista deve reportar-se a uma materialidade lingüística, compreendida como materialização de discursos, cuja compreensão e/ou explicação faz com que recorramos a aparatos teóricos *fora* da Lingüística e tragamo-los para seu interior. Noutros termos, tratamos de problemas de linguagem humana, objeto de investigação científica próprio da Lingüística, que impõem uma revisão teórica para que sua interpretação seja alcançada.

Em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade lingüística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos. Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam.

A título de ilustração, podemos nos remeter a uma pesquisa que realizamos sobre a formação discursiva do Sem-Terra. Em entrevistas realizadas com sujeitos acampados, quando interrogados sobre a forma de realização do trabalho, encontramos afirmações valorativas do trabalho coletivo – em que os integrantes de um acampamento trabalham juntos e dividem igualmente os frutos obtidos – seguidas da sua negação (“*o trabalho coletivo é muito bom [...] quando eu tivé minha terrinha, quero vivê do que eu plantá*”). Essa ocorrência demonstra, no mínimo, dois sujeitos socioideológicos apreendidos em um mesmo sujeito enunciador: de um lado, o Sem-Terra de origem rural busca uma reintegração sociocultural, um espaço no qual possa ter uma produção material para a auto-sustentação; de outro, os líderes do movimento visam a uma transformação do sistema político brasileiro. São diferentes posições sujeito entrecruzadas nessa formação discursiva. Dessa maneira, notam-se duas instâncias distintas, mas inseparáveis: uma composta de trabalhadores situados nas propriedades que ocuparam, cuidando, prioritariamente, da plantação e produção agrícola naquele espaço; outra composta de lideranças políticas, atuando como as maiores responsáveis pelas direções da luta. Esta conta com a participação efetiva de alguns lavradores acampados e com os representantes das entidades de apoio atuantes frente a

vários segmentos sociais, engendrando e subsidiando material e ideologicamente a luta. O caráter de inseparabilidade e separabilidade dessas instâncias não representa uma mera contradição, revela elementos lingüístico-discursivos próprios à formação discursiva do Sem-Terra. Por uma relação de complementaridade e de dependência, de um lado, encontram-se os lavradores plantando e cultivando a terra; de outro, as lideranças de caráter político também em atuação. A contradição revela o lugar do sujeito enunciador e as vozes constitutivas de sua voz, de uma formação discursiva na qual se inscreve.

Nos discursos, a ambigüidade tem uma aparência fugidia, pois cumpre a finalidade de refletir uma tensão entre descrição e interpretação no interior da Análise do Discurso. Assim, enunciados que poderiam ser considerados como agramaticais, em conformidade com determinadas perspectivas teóricas, em especial aquelas voltadas para a descrição da língua(gem), ao se inscreverem em determinadas formações discursivas, asseguram coerência ao seu funcionamento. No exemplo acima, a contradição revela a unidade do sujeito, o seu lugar.

O objeto da Lingüística aparece [...] assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, escapando à toda norma a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações. (Pêcheux, 1998, p. 25).

Usando, ainda, palavras de Pêcheux, elimina-se, desta feita, o efeito mortal atribuído à ambigüidade.

As reflexões até então arroladas acerca da natureza constitutiva do objeto discursivo e sua relação com a teoria reiteram que as contradições funcionam como regularidades nas formações discursivas. Isto posto, analisar o discurso implica fazer aparecer e desaparecer as contradições que asseguram a coerência das ações sociais que preenchem o cotidiano dos sujeitos. Como assegura Foucault (1995, p. 173-174),

a contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade [...] O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.

Esse entrecruzamento é conclamado pela interioridade da linguagem, revelando a constituição de um lugar teórico na Lingüística. Referimo-nos a uma formulação teórica que engloba, de maneira indissociável, sujeito, história, ideologia e discurso. Noutras palavras, a transdisciplinaridade constitutiva da Análise do Discurso deve-se a problemas encontrados no seio da linguagem. Trata-se, por um lado, de questões de linguagem que não encontram em outros campos da Lingüística possibilidades de interpretação, cujas explicações remetem-nos às teorias do materialismo histórico, compreendidas como teorias da formação e transformação histórico-social; e por outro, de uma possibilidade de leitura e interpretação de toda e qualquer materialidade lingüística, tendo em vista a natureza

essencialmente ideológica do signo, que nega a imanência do significado e aponta uma possível crise da lingüística imanente (referimo-nos a estudos lingüísticos que focalizam a linguagem sem se preocupar com sua exterioridade). Nesse sentido, ressaltamos que quando recorremos a um dicionário, fazemo-lo para verificar o significado de dada palavra, pois o significado já está posto, é imanente; porém, em se tratando de Análise do Discurso, nega-se a imanência do significado uma vez que interessam os sentidos produzidos em decorrência da inscrição socioideológica e histórica dos sujeitos envolvidos.

Ao lado das noções de língua, linguagem e fala, acrescenta-se a noção de discurso, como um objeto específico, de difícil apreensão, cuja natureza constitutiva traz em si contradições que funcionam como regularidades, como coerência, como estrutura argumentativa, aspectos que rompem a perspectiva da análise textual e/ou comunicacional.

Entretanto, para além de um modismo relacionado à Análise do Discurso, é comum encontrarmos o uso de *discurso* referido como o objeto de estudo de outras subáreas da Lingüística. Discurso, desprovido de um cuidado teórico, é considerado por vezes como equivalente a texto, outras vezes a fala, etc. Observe-se a esse respeito que a noção de disciplina, enquanto ciência, e os atravessamentos constitutivos das ramificações da Lingüística têm implicações no tratamento do objeto.

A Análise do Discurso implica operações de leitura e interpretação que envolvem campos e problemáticas dos domínios sócio-históricos, uma vez que focaliza campos e problemáticas encontrados no interior do domínio da Lingüística, e não em seu exterior. Mediante a concepção de

língua predominante na Lingüística por longas décadas, a concepção de linguagem (apreendida sempre em funcionamento) e a concepção de sujeito próprias à Análise do Discurso implicam uma ruptura de paradigmas, pois seu objeto encontra-se constantemente em movimento, não é estático, e, não o sendo, implica movência de sentidos e deslocamentos.

Embasado por esse viés teórico, todo e qualquer *corpus* tomado para análise apresenta-se-nos como um universo discursivo marcado por instabilidade, que explicita as movências e a inquietude dos sujeitos.

Para a análise e interpretação de um *corpus* nessa perspectiva teórica, considerando a própria natureza do objeto, precisamos sair da materialidade lingüística em questão para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o lingüístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância, compreendidos como discursos (exterioridade à *langue* e à *parole*). Entretanto, trata-se de problemas encontrados na linguagem em funcionamento, que apontam a constituição de uma subárea da Lingüística, concomitante com tantas outras, das quais se diferencia pelo viés epistemológico que orienta a maneira de focalizar o objeto.

Metodologia em Análise do Discurso

Em Análise do Discurso, há, conforme aponta Pêcheux (1997a), um batimento entre teoria e interpretação. A partir desta consideração, apresentaremos algumas possibilidades metodológicas de abordagem de *corpora* para análise, tendo em vista que, neste campo disciplinar, teoria e metodologia são indissociáveis, ou seja, só é possível se falar em metodologia envolvendo elementos teóricos, a partir de alguns conceitos próprios à Análise do Discurso. Além disso, conforme já assinalamos, o objeto tomado para análise também pede a teoria, faz com que o analista recorra a conceitos ou busque esclarecimentos teóricos para sua compreensão e análise.

Visando à exposição de alguns aspectos metodológicos para a análise de discursos, apresentaremos as noções de **recorte**, conforme encontramos em Orlandi (1984); **enunciado**, segundo Foucault (1995); e **trajeto temático**, como propõe Guilhaumou (2002). Esses conceitos

contribuem para a sustentação teórica de um trabalho de análise e, ao mesmo, fornecem ao analista procedimentos metodológicos para a seleção e organização do *corpus*.

1 A Noção de Recorte

A noção de *recorte* é apresentada por Orlandi (1984, p. 14) como *unidade discursiva [...] fragmentos correlacionados de linguagem [...] um fragmento da situação discursiva*, definido por associações semânticas, acrescenta Voese (1998).

Trata-se da seleção de fragmentos do *corpus* para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista os objetivos do estudo. Se se propõe analisar, por exemplo, a presença de discursos religiosos em determinado discurso político, o material tomado para análise pode ser bastante amplo (entrevistas, pronunciamentos de determinados políticos, etc.), então, o analista deverá recortar, desse material mais amplo, fragmentos nos quais se encontram manifestações de discursos religiosos. Entretanto, para proceder à análise, esses recortes devem ser considerados na inter-relação como o todo que constitui o *corpus*.

O recorte pode atender também uma necessidade de delimitação do material, dada a sua extensão, pela focalização de enunciados específicos, mas sua natureza e seleção são possíveis somente mediante os objetivos da pesquisa.

2 A Noção de Enunciado

A discussão / exposição da noção de enunciado empreendida por Foucault (1995) e sua articulação na Análise do Discurso explicita a eficácia teórico-metodológica desse conceito para esse campo disciplinar. Como é próprio da Análise do Discurso, não se pensa teoria sem pensar metodologia, assim, a teorização desse conceito possibilita também refletir sobre a constituição de *corpus*.

Acerca da noção de enunciado em Foucault (1995), destacamos, inicialmente, que o enunciado se distingue de frase, proposição, ato de fala, porque: a) está no plano do discurso; b) não está submetido a uma estrutura lingüística canônica (não se encontra o enunciado encontrando-se os constituintes da frase); c) não se trata do ato material (falar e/ou escrever), nem da intenção do indivíduo que o realiza, nem do resultado alcançado: *trata-se da operação efetuada [...] pelo que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado* (Foucault, 1995, p. 94).

Acerca desse conceito, Orlandi (1987, p. 17) reitera que o enunciado não está escondido, mas não é visível. Em suas palavras, *a descrição almejada deve ser capaz de se mover com o seguinte paradoxo: o enunciado é ao mesmo tempo não visível e não escondido*. Com Foucault, devemos compreender a existência do enunciado em decorrência da função enunciativa. Por conseguinte, a compreensão do enunciado implica explicitar o exercício dessa função, suas condições de produção, o campo em que se realiza. Diante dessa problematização, Foucault (1995, p. 100) coloca a seguinte interrogação: *o que ocorreu para que houvesse enunciado?* Trata-se de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição; a relação que mantém com o que enuncia; *aquilo a que se refere, o*

que é posto em jogo por ele. Afinal, como afirma o autor: *por que esse enunciado e não outro em seu lugar?* Nesse ínterim, há uma relação que envolve os sujeitos, passa pela história, implica um campo correlato, e envolve a materialidade do enunciado. Todos esses aspectos, de certa forma, já foram apontados por nós quando recorremos aos enunciados *ocupação* e *invasão*, e mencionados sua emergência na história, as posições sujeito que apontam e os discursos que se opõem, os quais esses enunciados integram.

Concernente à relação sujeito e enunciado, sempre há um sujeito, um autor, ou uma instância produtora. No enunciado há sempre uma posição-sujeito, ou uma função que pode ser exercida por vários sujeitos. A análise do enunciado na Análise do Discurso deve investigar qual é essa posição-sujeito, que se inscreve na história, lugar em que deve ser analisado. A historicidade do enunciado apresenta suas margens povoadas por outros enunciados, mostra-o correlacionado a um campo adjacente, um campo associativo constituído por uma série de outras formulações, e um conjunto de formulações a que se refere. Face à historicidade própria à existência do enunciado, a produção de sentidos vincula-se à memória e reatualiza outros enunciados. Como atesta Foucault (1995, p. 114), *não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências.* Dada a relação intrínseca com a história, um enunciado torna-se sempre outro, mesmo havendo um regime de materialidade repetível. A propósito, há sempre uma espessura material que constitui o enunciado, que compreende substância, suporte, lugar, data. A mudança desses elementos revela a multiplicidade das enunciações, a alteração de identidade do enunciado, caracterizado por mutabilidade (Esses aspectos

também já foram exemplificados com o enunciado *terra* e sua ocorrência em diferentes discursos: religioso, do Sem-terra, da UDR, etc.).

As características da função enunciativa, conforme exposto – função referencial do enunciado, posição-sujeito, campo associativo, materialidade lingüística – corroboram a *interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz* (Foucault, 1995, p. 129), ou seja, quais são os aspectos históricos, sociais, ideológicos que determinam tal produção? A proposta de análise então se volta para a descrição dos enunciados visando a explicitar suas condições de produção e as posições dos sujeitos a ele vinculadas.

A evidência primeira de um enunciado é a sua forma material, materialidade lingüística verbal e/ou não-verbal, uma vez que o enunciado pode ser também uma imagem, ou o uso de cores, bandeiras, como a do Sem-Terra, por exemplo, etc. Ao discuti-lo no interior da Análise do Discurso, Pêcheux (1997a, p. 53) considera:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro... Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Essa observação reitera a importância da historicidade do enunciado para a Análise do Discurso, disciplina assim apontada por Pêcheux (1997a, p. 60), já no contexto dos anos 1980: *a Análise de Discurso, tal como ela se desenvolve atualmente [...] se dá precisamente como*

objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados. Conforme apontamentos desse autor, o enunciado tem uma materialidade lingüística, *emerge em uma rede de relações associativas implícitas, isto é, uma série heterogênea de enunciados funcionando sob diferentes registros discursivos e com uma estabilidade lógica variável* (Pêcheux, 1997a, p. 23).

Isto posto, as relações entre o enunciado e as formações discursivas que integram apontam-no como singular. Ao tomarmos um enunciado como objeto de análise, assim como o discurso, vemo-lo como integrante de uma formação discursiva determinada.

Ao considerarmos o fato de que o enunciado implica uma posição-sujeito, e que a noção de sujeito tem lugar fundamental na Análise do Discurso, reiteramos que o aspecto metodológico não se dissocia do aparato teórico. Os trabalhos nessa área de estudos avançam a partir de reflexões acerca da inter-relação constitutiva entre sujeito, discurso e objeto de análise.

As reflexões até então arroladas mostram-nos que o enunciado compreende a constituição de *corpus* em Análise do Discurso. Nessa feita, o *corpus* não precisa ser extenso, mas pode ser compreendido *como um conjunto aberto de articulação de discursos* (SARGENTINI, 2005). Se o *corpus* constituído por enunciados não precisa ser extenso, a noção de recorte deve ser acionada para sua delimitação, pois um enunciado evoca outros, com os quais dialoga, e transcende a inscrição em uma formação discursiva determinada. Afirmamos que todo enunciado se inscreve em dada formação discursiva, mas enunciados que se relacionam, co-dependentes, podem se inscrever em

diferentes formações discursivas, a exemplo do enunciado *terra*, conforme ilustramos.

3 A Noção de Trajeto Temático

Ao expormos a noção de enunciado, reiteramos que uma formação discursiva é sempre heterogênea a ela mesma, e, ainda, podemos transcender a análise que focaliza uma formação discursiva dada e tomarmos o enunciado a partir de uma trajetória temática, que se inscreve em diferentes formações discursivas e atesta diferentes posições-sujeito historicamente produzidas.

O trajeto temático, conforme propõe Guilhaumou (2002), aciona a memória discursiva e trabalha com deslocamentos e efeitos de sentidos de enunciados e temas face a seus deslocamentos e mutações sócio-históricos, e a inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas em. O trajeto temático, compreendido como ferramenta metodológica, possibilita analisar a construção e as mutações dos sujeitos e dos discursivos.

Para encerrar esse capítulo, sem, contudo esgotar as possibilidades metodológicas, buscaremos em Santos (2004) outros apontamentos sobre metodologia nesse campo disciplinar que implicam uma gama de conceitos, logo, seguindo a orientação teórica da Análise do Discurso, articula-se uma gama de conceitos na operacionalização da análise. Como assevera Santos (2004), os procedimentos metodológicos em Análise do Discurso podem ser pensados em duas instâncias. Uma macro-instância, a partir da qual situamos o discurso em sua conjuntura, buscando

compreender suas condições de produção, ou seja, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam a produção do discurso; e também o lugar dos sujeitos na história, a situação enunciativa e os sentidos produzidos nesse conjunto. É uma micro-instância, na qual se focaliza o interior de uma formação discursiva, apreendem-se suas regularidades, opera-se a análise por meio de recortes das seqüências lingüístico-discursivas, ou de enunciados; busca-se apreender a heterogeneidade, a polifonia, etc. Ressaltamos, porém, que essas instâncias são inseparáveis e que não há uma ordem que aponte para a necessidade de uma ser olhada primeiro. Há um constante movimento de ir e vir da materialidade lingüística, objeto aos nossos olhos, à sua exterioridade histórica, social e ideológica, espaço de produção e movência dos discursos e dos sentidos.

Um Exercício de análise de discurso

Apresentados os conceitos básicos da Análise do Discurso e sua constituição enquanto disciplina, procederemos agora, a título de ilustração, a uma breve análise do poema-canção *Leilão*, de Joraci Schafflär Camargo e Hekel Tavares, transcrito a seguir.

Leilão

De manhã cedo, num lugar todo enfeitado,
nóis ficava amuntado prá esperá os comradô
depois passava pela frente do palanque,
afincado ao pé do tanque, que chamava bebedô

E nesse dia minha véia foi comprada
numa leva separada, de um sinhô mocinho ainda
minha véia era a frô dos cativêro
foi inté mãe do terreiro da famia dos Cambinda

No mesmo dia em que levaram minha preta
me botaram nas grieta, qui é prá mó d'eu não fugi
e desde então o prêto veio aperreô
ficou véio como tô
mas como é grande este Brasil

E quando veio de Isabé as alforria
percurei mais quinze dia,
mas a vista me fartô!
só peço agora, que me leve siá Isabé
quero ver se tá no céu
minha véia meu amô!!

Ao procedermos à leitura desse poema, logo nos primeiros versos, deparamo-nos com um aspecto formal, concernente à norma lingüística em que foi construído, revelador de dada inscrição social do sujeito enunciador. Tal consideração firma-se no emprego de formas lingüísticas como *nóis*, *amuntado*, *prá*, etc. que, para além da correlação sociolingüística previamente estabelecida, é significativo no que se refere à constituição do sujeito discursivo, que, ao final da leitura do poema, revela-se como um ser humano reificado – aspecto, inclusive, assegurado pela Constituição da época da escravatura –, tomado como mercadoria, e desprovido da possibilidade de mover-se segundo sua própria vontade. Não obstante, tem-se um sujeito coletivo, cuja voz reflete uma conjuntura social que envolve um grupo. A marca de coletividade apresenta-se explicitamente na voz desse sujeito pelo uso do pronome pessoal plural *nós*, que expressa sua condição sócio-histórica de escravo. Sob o aspecto lingüístico formal, o sujeito, ao enunciar, oscila entre o uso do pronome de primeira pessoa, singular possessivo *minha* e plural *nós*, e de terceira pessoa (*o preto véio aperreô / ficou véio como*

tô). Acrescenta-se a isso o uso de plural em *as alforria*, marcando, ao mesmo tempo, a singularidade e a generalização do sujeito, dada sua inscrição em um espaço sócio-histórico específico.

Em contraste com o aspecto formal assinalado, concernente à linguagem empregada na construção do poema, o último verso da terceira estrofe – *mas como é grande este Brasil* – obedece com rigor a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e insere-se em uma norma lingüística destoante dos demais. Nesse momento, podemos inferir uma dubiedade ao texto. Afinal, de quem seria essa voz? Seria uma forma de presença dos sujeitos autores, que se revelam pela ironia, opondo o caráter de grandiosidade de um país que liberta seus escravos à condição de miserabilidade conferida a esses sujeitos pseudo-libertados? Ou seria, apesar da norma lingüística utilizada, a voz do sujeito discursivo acima mencionado, frente às dificuldades decorrentes da extensão geográfica do país, ou esse mesmo sujeito conferindo grandiosidade ao país frente ao feito político que leva o nome Princesa Isabel? Assumindo a tese de que o aspecto formal da língua também é revelador da inscrição socioideológica dos sujeitos e implica efeitos de sentido daí peculiares, acreditamos tratar-se da voz dos sujeitos autores que, pela ironia, explicitam o espaço de enunciação em que se inscrevem. Todavia, esses aspectos corroboram dados históricos próprios à constituição do povo brasileiro. Consoante com Achard (1999), a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação e implica a retomada e circulação de discursos.

Há, nesse texto, o entrecruzamento de diferentes formações discursivas constitutivas do sujeito e reveladoras de dada realidade social que tem lugar na história do Brasil

e na constituição de sua nação. Em relação ao sujeito enunciador, um sujeito social e descentrado de um eu, verifica-se em sua voz ecos de diferentes vozes sociais caracterizando uma heterogeneidade própria à sua constituição. Correlatos a essa heterogeneidade, contrastam o desejo e o poder e a niilização do sujeito.

Como postula Foucault (2004, p. 275), o sujeito

não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. [...] Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito.

Na constituição do sujeito discursivo, das formações discursivas mais visíveis, apreendidas como interdiscursividade resultante do entrecruzamento entre a História, o desejo e o poder, etc., nesse poema, temos:

- a) Capitalismo escravocrata
- b) Escravo: condição social subumana
- c) Religiosidade: Mãe de terreiro e tá no céu
- d) Libertação dos escravos como um feito político
- e) Amor: relacionamento conjugal entre homem e mulher.

Porém, em um trabalho de leitura e interpretação, devemos considerar que esse poema, produzido em um momento histórico brasileiro, trabalha com a memória do povo, traz à tona elementos de nossa história, constitutivos

de nossa nação. Trata-se de diferentes discursos, historicamente inscritos, compondo o texto. Diante disso, perguntamo-nos: de que maneira esse texto é lido em momentos históricos tão diferentes, como por exemplo, quando de sua produção, em 1933, e mais de setenta anos depois, momento em que o lemos? *Como um texto aparece, e não outro?* (C. f. Possenti, 2001, p. 6). A quais mecanismos formais da construção do texto ele obedece e por quê? Nota-se, a esse respeito, a forma de dizer, a presença do não dito fazendo sentido nas entrelinhas do que é dito.

O título do poema – *Leilão* – levanta a expectativa de que algum objeto (mercadoria) será colocado à venda, no entanto, trata-se da venda de seres humanos, sob a condição de escravos, que têm senhores de sua vontade. No início do segundo verso, o pronome pessoal *nóis*, como está empregado, conforme apontamos, não especifica um sujeito, ou seja, trata-se de um interlocutor integrante de um grupo social específico, inserido em determinada realidade histórica. A esse respeito, Campos (2003, p. 232-233) atesta:

A leitura do enunciado, em diálogo com a enunciação, circula pela ambigüidade contraditória que aproxima e distancia aquele que lê e aquele que escreve. Isto porque a posição discursiva de ambos é diferente: ela os reúne e os separa como interlocutores e, por isso, o projeto enunciativo que aí se manifesta não faz do co-enunciador um mero repetidor do programa do enunciador.

Considerando o momento da enunciação e o texto produzido – enunciado, materialidade lingüística sob nossos olhos – os sujeitos autor e leitor(es) e o sujeito discursivo

encontram-se em momentos sócio-históricos bastante diferentes, e os sentidos produzidos pela leitura decorrem da inscrição desses sujeitos nesses diferentes momentos que dialogam.

Os versos que compõem a segunda estrofe evocam a dor decorrente da perda da amada, da falta de liberdade e da condição de mercadoria, sequer questionada pelo sujeito discursivo no poema, a serviço do senhor do capital. A terceira estrofe, assim como a segunda, vem marcada pela expressão de dor, cujos versos, acrescidos da última estrofe, da maneira como foram construídos, revelam ainda discursos perpassados por preceitos cristãos que revelam construções identitárias e socioculturais dos sujeitos retratados.

O sujeito enunciador perde-se face à perda da amada, em decorrência de sua venda. Embora a Igreja Católica, especificamente o clérigo, insistisse com os senhores para a realização do matrimônio religioso entre os escravos, coibindo assim a separação dos casais pela venda de um, o concubinato foi a forma predominante ente eles até mesmo em decorrência das dificuldades de natureza burocrática. Havia também a legitimação da união entre casais escravos por meio de rituais religiosos secretos dirigidos por pais e mães-de-santo africanos. No poema em leitura, a união amorosa deve ter ocorrido por meio do concubinato, ou pela benção de um pai ou mãe-de-santo, assegurando ao casal uma relação efetiva, sem, contudo, impedir-lhe a separação por meio da venda de um dos pares.

Os diferentes discursos materializados no poema podem levar o leitor – interlocutor – a refletir sobre a constituição, a formação do povo brasileiro. Esse aspecto revela a presença de dada memória discursiva, construída

pela história, e aponta-nos elementos da heterogeneidade cultural do povo brasileiro. Em relação ao escravo, podemos voltar ao século XVI, e, em retrospectiva, visualizar a formação e as transformações que perpassaram a sociedade brasileira. Nessa feita, o que provocou o início da escravidão, os conflitos e as tensões que marcaram sua existência, e levaram à sua extinção e continuidade, seus reflexos nos dias atuais e conseqüências ainda sofridas por grande parte do povo brasileiro.

A raça, a cor, a música, a religião, a cultura são elementos identitários de um *povo brasil*, são também elementos de sua própria negação, da busca de diferenças e da construção de outras identidades. Acerca da temporalidade no poema focalizado, assinalamos alguns momentos históricos concernentes à escravidão, à lei de abolição da escravatura, entre outros, que instauram um diálogo com momentos, também históricos, nos quais se encontram os sujeitos autor e leitores. Destaca-se, por exemplo, o momento político social da produção desse texto. Referimo-nos aos idos anos 1933, período de gestação do denominado Estado Novo, quando Getúlio Vargas, então governo provisório, havia sido *eleito pelo voto indireto e ditador* (Cf. Fausto, 2000, p. 331), e colocava em práticas ações voltadas para a centralização do poder nas mãos do governo. Dessas referências à história, marcada por descontinuidade e dispersão, chega-se ao presente momento de leitura e interpretação, em que o diálogo estabelecido e os sentidos produzidos decorrem da inscrição socioideológica dos sujeitos leitores.

O poema-canção em análise revela a reificação de um ser humano, juntamente com seus comparsas, aspecto assegurado constitucionalmente, pois o negro, na

perspectiva das forças hegemônicas então vigentes, incluindo a igreja – o clero –, era mercadoria. Trata-se de um sujeito discursivo que integra a história e apresenta, em sua voz, marcas de temporalidade, uma historicidade que traz o passado como condição para se compreender o presente. Essas marcas apresentam-se, formalmente, nos tempos verbais e nos acontecimentos tomados como objetos de discursividade. Como atesta Burke (1992), deve-se ler o passado para compreender o presente.

A condição social atribuída ao sujeito explicita diferentes formações discursivas, conforme assinalamos. Das explicitamente marcadas no texto, pela história, podemos encontrar outras, materializadas somente nas entrelinhas do que é dito, nas sombras das palavras manifestadas. Referimo-nos às vozes dos senhores donos dos escravos, à luta pela libertação, aos diferentes discursos em contraste no âmbito social acerca desse mesmo tema. Foram muitos os movimentos e os conflitos, envolvendo fortes interferências de outros países, em prol da libertação dos escravos. Foram muitas também as forças de resistência e as formas de camuflar a escravidão. A esse respeito, os dados numéricos referentes à importação de escravos e sujeitos mantidos em tal condição apresentados por Fausto (2000) são assustadores.

O nome Princesa Isabel, que no poema, sob a perspectiva do enunciador, apresenta-se imbuído de poder, inclusive certo poder divino, tem lugar na história tradicional como quem sancionou a lei de libertação dos escravos. Porém, esse marco histórico, que leva uma assinatura, na verdade, resulta de práticas discursivas e reflete ações de forças sociais bastante amplas, marcadas por intensos conflitos, e descentralizadas do poder de

decisão de um sujeito, ao qual não há razões para a atribuição de algum heroísmo. Estamos diante de importantes movimentos que integram e corroboram as transformações e a formação da sociedade brasileira, com reflexos diretos em nossos dias, haja vista as constantes injustiças e discriminações das quais cidadãos negros ainda, freqüentemente, são vítimas.

Feitas essas considerações, esse movimento de leitura, importa reiterar que um texto, tomado como enunciado, dialoga com outros textos, com outros discursos que têm lugar na história. Assim, o trabalho com a língua, tendo em vista seus aspectos formais, também revela, ao mesmo tempo que decorre de, aspectos próprios à formação discursiva a que o sujeito enunciator se inscreve. *A formação discursiva [...] representa o lugar de constituição do sentido e identificação do sujeito* (Campos, 2003, p. 234).

Nota-se que *o sentido é histórico* e a leitura de textos como esse *tem o aspecto muito importante de trabalhar a memória de um povo. Deve-se ler para saber as coisas que são constitutivas de um povo* (Possenti, 2001, p. 18).

A leitura desse poema deve considerar, como alerta Pêcheux (1990a) em relação à leitura na perspectiva teórica da Análise do Discurso, sua condição de produção e interpretação fora da esfera individual do sujeito psicológico, ou seja, a leitura reside na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória. Trata-se de acontecimentos e discursos, exteriores e anteriores ao texto, refletindo materialidades que intervêm na sua construção. Nesse nível teórico-metodológico, apreendem-se, na materialidade lingüística, traços que formam uma memória sócio-histórica. A prática

de leitura possibilita multiplicar *as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito* (Pêcheux, 1997a, p. 44). Trata-se de uma completude lingüística semântico-formal do texto que revela a incompletude do discurso e dos sentidos.

Diante do objeto discursivo tomado para análise, é necessário sair da materialidade lingüística para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o lingüístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância. Eis a instauração de um campo de conflitos, marcado por oposições ideológicas, no qual diferenças sociais coexistem. O discurso tem existência na exterioridade do lingüístico, no social, é marcado sócio-histórico-ideologicamente.

Atestamos a importância de se considerar, nas atividades de leitura e nos trabalhos de interpretação, a opacidade da linguagem, a sua não transparência, isto implica revelar que na relação do sujeito com a língua e com a história, por trás das palavras ditas, o *não-dito* produz sentidos que não podem ser controlados e que não se encerram em si.

**Uma Volta aos Percursos Teóricos: as três épocas da
Análise do Discurso e histórias mais**

A construção teórica da Análise do Discurso, iniciada na década de 1960 na França, é marcada por deslocamentos. O projeto de Michel Pêcheux de elaboração desse campo disciplinar caracteriza-se por revisões e mudanças em seus conceitos essenciais e configura-se, basicamente, em três épocas que se distinguem. Pêcheux (1990b) sintetiza as três épocas da Análise do Discurso – AD1, AD2 e AD3 – que refletem as revisões teóricas e mudanças no pensamento desse autor que se ocupou da proposição dessa área de conhecimento. Essas três épocas não se definem precisamente por uma divisão cronológica, elas refletem essencialmente a elaboração e reelaboração dos conceitos que constituem o aparato teórico e metodológico desse campo do saber.

A seguir, com base na obra de Pêcheux, em especial os textos reunidos em Gadet & Hak (1990), apresentaremos

cada uma das épocas supracitadas visando a possibilitar a compreensão de um percurso teórico próprio à história da Análise do Discurso na França. Em seguida, apresentaremos também, ainda que breve e superficialmente, as direções tomadas por essa disciplina após essas *três épocas*, e faremos apontamentos sobre sua atualidade na França e no Brasil.

AD1: a primeira época da AD

O primeiro momento da Análise do Discurso foi pensado como uma exploração metodológica de uma noção de maquinaria discursiva. Essa noção resulta de uma posição estruturalista pós-saussureana e pode ser compreendida como um conjunto de discursos produzidos em um dado momento. Esses discursos (como, por exemplo, os produzidos em dado *campo* religioso ou político em determinado momento) eram considerados como homogêneos e fechados em si. Daí a noção de maquinaria discursiva, autodeterminada e encerrada em si.

Nessa primeira época da Análise do Discurso, o sujeito foi tratado como assujeitado, mas com a ilusão de ser a fonte do discurso. Como mostra Gregolin (2004), essa noção de sujeito foi formulada por Pêcheux a partir de suas leituras das teses de Althusser. A língua natural seria *uma base invariante sobre a qual se desdobram os processos discursivos*. Vinculada às noções de sujeito e de língua, Pêcheux recusou a tese do inatismo e do sujeito intencional como fonte enunciativa de seu discurso.

Metodologicamente, como atesta Pêcheux (1990b, p. 312), buscou-se: 1) *reunir um conjunto de traços discursivos empíricos (“corpus de seqüência discursiva”)*

fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva; 2) a partir desse conjunto de traços e por meio de procedimentos lingüisticamente regulados, construir a distribuição combinatória das variações desses traços.

Na AD1, o discurso foi considerado como resultante de condições de produção estáveis e homogêneas, sendo também homogêneo, ou seja, uma maquinaria discursiva fechada em si. O trabalho de análise, segundo essa proposta, focalizava cada seqüência lingüística como um pré-requisito para a análise do *corpus*. As seqüências lingüísticas eram consideradas neutras. Imputava também uma neutralidade à sintaxe, o que equivale a dizer que não se interrogava quem ou onde? Assim posto, considerando que as máquinas discursivas constituíam unidades justapostas, tem-se um procedimento com começo e fim predeterminados.

AD2: a segunda época da AD

O segundo momento da Análise do Discurso apresenta a noção de *formação discursiva*. Esse conceito coloca em xeque, ou, utilizando palavras de Pêcheux (1990b, p. 314), *começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada uma vez que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu exterior*. Isto porque uma formação discursiva constitui-se de outras formações discursivas, de elementos que vêm de seu exterior, ao que Pêcheux denominou de *pré-construído*. Nesse momento de formulação teórica, aparece também no interior das reflexões a noção de interdiscurso designando o exterior de uma formação discursiva. Porém, a noção de

sujeito discursivo permanece como efeito de assujeitamento à formação discursiva com a qual ele se identifica.

Os procedimentos metodológicos para análise permanecem os mesmos da AD1; muda-se apenas a constituição dos *corpora* que serão colocados em relação para focalizar a desigualdade em suas influências internas, que vão além do nível da justaposição.

AD3: a terceira época da AD

No terceiro momento da Análise do Discurso, opera-se a desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada. Nesse momento, Michel Pêcheux apresenta interrogações em torno do trabalho que realiza: são *direções referíveis em um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD* (Pêcheux, 1990b, p. 315).

Na AD3, a noção de maquinaria discursiva estrutural é levada ao limite e estabelece-se o primado teórico do outro sobre o mesmo; a idéia de homogeneidade atribuída à noção de condições de produção do discurso é definitivamente abandonada; a idéia de estabilidade é banida em função do reconhecimento da desestabilização das garantias sócio-históricas; há o reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; a noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa levam à discussão sobre o *discurso-outro*. São colocadas, enfim, várias interrogações acerca do sujeito do discurso, do espaço de memória, e sobre a Análise do Discurso em si, enquanto procedimento de análise, e até mesmo sobre a possibilidade de redefinição de uma política da Análise do Discurso.

Todas essas indagações, os conceitos acrescentados e os reformulados abriram caminho para que a formulação teórica da Análise do Discurso tivesse continuidade após a morte de Michel Pêcheux, em 1983. E se a Análise do Discurso, iniciada na França na década de 1960, começou a ter lugar no Brasil somente a partir da década de 1980 é porque a natureza política observada desde suas bases, seu convite para que olhemos por trás das palavras, e ainda a constatação de que por trás das palavras pronunciadas outras são ditas, necessitariam de condições de produção historicamente favoráveis à sua implementação. Portanto, foi preciso esperar a abertura política iniciada com o fim da ditadura militar.

E a história continua...

Na história da construção teórica desse campo disciplinar, na França, notamos, a partir dos anos 1980 e dos últimos escritos de Pêcheux, outros deslocamentos teóricos. De um lado, alguns historiadores haviam se interessado pelo estudo dos discursos – os denominados historiadores do discurso – e voltaram-se para a problematização da língua em seus estudos; de outro, entre os lingüistas analistas do discurso, ocorreu o que, *grosso modo*, denomina-se gramaticalização do discurso. No Brasil, os estudos nesse campo disciplinar ganharam abrangência a partir dos anos 1980, promovendo um embate teórico no interior da Lingüística (C.f. Gregolin, 2004). Todavia, do projeto teórico de Pêcheux à atualidade, há, na Análise do Discurso, uma incessante problematização das bases teóricas, o que provoca movência, deslocamentos constantes.

Nas bases fundadoras da Análise do Discurso, a história sempre se faz presente como uma disciplina constitutiva e também como exterioridade a essa área, como condição de produção que possibilita e determina sua emergência. Sob o foco da história da Análise do Discurso, atualmente, são realizados estudos que consistem em um exercício de contar e recontar a história dessa disciplina, e, assim fazendo, ir alterando e modificando aquilo que determina uma representação e o espaço de singularização que a teoria permite. Considerando que a Análise do Discurso dialoga com a História, em suas reflexões teóricas e produções analíticas, muitos dos estudos nessa área se ocupam em trabalhar, também, a história como aparato constitutivo da teoria e, conseqüentemente, sustentador das análises. Nessa perspectiva, encontram-se os trabalhos dos pesquisadores franceses denominados historiadores do discurso (Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou, entre outros) e de alguns lingüistas brasileiros analistas do discurso, que sempre recorrem a postulados de historiadores para a realização de suas pesquisas. Na Análise do Discurso, a história se apresenta como uma prática e um discurso, e a relação de ambos se mostra sob a forma de uma produção, isto porque o discurso está sempre ligado a operações e difundido por funcionamentos.

Em uma outra visada teórica, também historicamente produzida, acentua-se uma abordagem psicanalítica, que focaliza o discurso pela inter-relação linguagem e psicanálise. Essa corrente volta-se para a análise e problematização de uma inter-relação epistemológica existente entre a Lingüística e a Psicanálise, como uma das bases fundadoras da Análise do Discurso. As pesquisas focalizam os impactos dessas relações nos estudos sobre a

língua, além de mostrar como a elaboração teórica pecheutiana incide como um suporte teórico para abordar a subjetividade e os efeitos de sentido nos quais se inscreve o sujeito em sua incompletude.

Nas tendências contemporâneas brasileiras da chamada Análise do Discurso francesa, questões referentes às produções identitárias e aos processos de subjetivação, marcadas por elementos singulares e conflitantes, que perpassam a construção dos sujeitos pelos discursos, constituem debates. Reflexões e problematizações teóricas acerca de questões atinentes ao ensino e à aprendizagem de língua(s), com recorrência à Análise do Discurso também têm chegado aos parâmetros curriculares em territórios brasileiros.

Os percursos da Análise do Discurso, na França e no Brasil, são marcados por irrupções e deslocamentos que se colocam no interior dessa disciplina, e caracteriza suas movências e rupturas.

Palavras Finais

Ao iniciar as reflexões que por ora encerramos, empreendemos o projeto de traçar um percurso que possibilitasse aos professores e estudantes em geral uma compreensão da constituição do campo teórico da Análise do Discurso. Em nosso percurso, arrolamos alguns dos conceitos que consideramos fundamentais para tal empreendimento. A partir dos exemplos explorados, os procedimentos metodológicos para análise visualizam uma inter-relação entre teoria e metodologia que julgamos oportuno reiterar. Essa inter-relação deve-se à natureza epistemológica da Análise do Discurso, uma vez que, dada a recorrência à história, o objeto tomado para análise implica uma volta à teoria, justamente para buscar a perspectiva socioideológica dos sentidos e a historicidade dos processos de significação.

Feita essa breve observação referente à inter-relação teoria – metodologia e objeto, reiteramos que delineamos apenas um percurso de caráter inicial aos estudos em Análise do Discurso. Como última palavra, deixamos um convite à leitura para que caminhos possam ser trilhados rumo ao aprofundamento dos estudos então iniciados. Aos que aceitarem nosso convite, indicamos algumas obras fundamentais para um adentramento nessa inquietante área de conhecimento.

Indicações para Leitura

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania S. Mariani et al. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

Essa obra reúne textos que apresentam um histórico da Análise do Discurso, ao que se denominou AD Três Épocas, cuja organização obedece à cronologia de produção dos textos. Esses textos, por sua vez, possibilitam uma compreensão dos deslocamentos teóricos sofridos no interior da Análise do Discurso, em seus percursos teóricos concebidos por Michel Pêcheux.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** – uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

Esse livro traz o pensamento de Michel Pêcheux de maneira mais densa e representa uma sistematização mais consistente da constituição teórica da Análise do Discurso preconizada por esse autor. Ele representa importante momento de teorização das mudanças no interior da Análise do Discurso.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

Essa obra marca um importante momento do pensamento de Pêcheux, uma vez que traz uma sistematização da terceira época da Análise do Discurso proposta por Pêcheux. Nesse momento, os diálogos estabelecidos por esse autor com Michel Foucault para a proposição da Análise do Discurso tornam-se mais evidentes.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Gestos de Leitura** – da História no discurso. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

Nesse livro, estão reunidos textos, de diferentes autores, que remontam a histórica da constituição e o desenvolvimento da Análise do Discurso. Além dessa trajetória, os textos reunidos nessa obra refletem conceitos que consideram a presença da história no interior da Análise do Discurso, como um de seus elementos constitutivos, na instauração desse campo de conhecimento que envolve a linguagem e a ideologia.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

A sugestão de leitura dessa obra apresenta-se como um convite para entrar no mundo do discurso foucaultiano: *labirinto de figuras, deslocamentos, em que o que se nega é a base para o que se afirma*. Não se trata da busca, ou do

encontro, de definições pontuais, mas sim de acompanhar um discurso tortuoso, uma vez que Michel Foucault, como afirma Maria do Rosário Gregolin, *não é pontual. É dispersão. É mudança de terreno. É aspereza dissonante onde residem levezas, certitudes e inquietudes. Só para leitores apaixonados pelo discurso, porque aqui permanecemos, sempre, inexoravelmente, na dimensão do discurso.*

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Layola, 2000.

Nesse livro, Foucault considera o discurso além daquilo que *traduz as lutas ou os sistemas de dominação, aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos apoderar*. Os procedimentos de controle do discurso e as condições de seu funcionamento (regras, regularidades, etc.) e muitos outros conceitos relevantes para a compreensão teórica da Análise do Discurso constituem objeto de reflexão nesse livro.

MALDIDIÉ, Denise. **Reler Pêcheux Hoje**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

Esse livro é a Apresentação que Denise Maldidier faz de uma obra organizada por ela na qual reúne os textos de Michel Pêcheux – *L’Inquiétude du Discours: textes de Michel Pêcheux*. Nessa Apresentação da obra de Pêcheux, a autora efetua um balanço da Análise do Discurso, tal como a encontramos na França desde os primórdios de sua fundação, anos 1960, até 1990. A autora mostra uma história da construção teórica da Análise do Discurso e suas

condições de produção, que envolve as inter-relações e os embates empreendidos nessa empreitada teórica.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

Nesse livro, a autora realiza uma reconstrução da história da Análise do Discurso, tendo como centro de discussão os embates político-teóricos entre Michel Foucault e Michel Pêcheux. Desses embates resultaram postulados teóricos em torno do discurso a partir de um novo olhar para o sentido, o sujeito e a História. Trata-se da proposição de uma história epistemológica iniciada nos anos 1960, na França, que propiciou imensa produção de conhecimento e se faz presente nos atuais trabalhos em Análise do Discurso, na França e no Brasil.

ORLANDI, Eni. **Interpretação** – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

Nessa obra, a interpretação é tomada como ligação da língua com a história para a produção de sentidos, tese que se sustenta pelas reflexões arroladas acerca do sujeito, face às suas diversas posições na sociedade. Nessas posições-sujeito, a ideologia é considerada como aspecto integrante dos sentidos nos processos de produção e funcionamentos discursivos.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Trad. de

Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

Esse livro reúne importantes artigos de Jacqueline Authier-Revuz, nos quais se encontram os principais conceitos dessa lingüista que constituem releituras recorrentes por analistas do discurso. Os conceitos de heterogeneidade e suas formas de presença nas manifestações discursivas, as contribuições advindas das leituras que a autora faz M. Bakhtin e de J. Lacan, e outros conceitos que terão lugar na Análise do Discurso encontram-se nessa obra.

FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôscio Cabral (Orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil** mapeando conceitos. São Carlos: Claraluz, 2007.

Esses dois livros reúnem artigos resultantes de conferências ministradas em dois importantes eventos da área de Análise do Discurso: II SEMAD (UFU) e II SEAD (UFRGS) , respectivamente. Ambos tiveram o propósito de discutir as direções atuais da Análise do Discurso no Brasil, logo, os trabalhos então publicados refletem as diferentes tendências atuais desse campo disciplinar, mostram suas diferentes linhas de pesquisas desenvolvidas no Brasil, a atualidade de seus conceitos e ainda os diferentes objetos de análise.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem** – discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

Esse livro apresenta reflexões acerca de Michel Foucault nos estudos da linguagem tendo como ponto central suas preocupações com as relações estabelecidas entre discurso, poder e práticas de subjetivação. São importantes estudos de analistas do discurso que focalizam o pensamento de Foucault como constitutivo desse campo disciplinar.

REVEL, Judith. **Foucault** – conceitos essenciais. Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

Esse livro apresenta conceitos fundamentais do pensamento teórico e filosófico de Michel Foucault. Em decorrência da complexidade empreendida na obra desse filósofo e sua busca constante por analistas do discurso e estudiosos de diferentes áreas, os conceitos arrolados constituem uma forma de acesso à leitura e compreensão de sua obra, o que facilitará sua articulação no interior de questões colocadas pela Análise do Discurso.

Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre et al. **O Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche d l'outre dans le discours. In: **DRLAV**. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1982.

_____. **Palavras Incertas** - as não-coincidências do dizer. Campinas: EDUNICAMP, 1998.

_____. **Entre a Transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévshi**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade** Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRAIT, Beth. Bakhtin e natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (Org.) **Bakhtin Dialogismo e a Construção dos Sentidos**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

_____. As Vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIM, José Luiz

- (Orgs.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- CAMPOS, Edson Nascimento. **Leitura e Análise do Discurso: o movimento de produção do sentido do texto**. In: MARI, Hugo et al. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2003.
- CONEIN, Bernard; GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **L'Analyse de Discours comme contexte épistémologique**. RCP – ADELA – CNRS, **Mots**, Nº 9, 1984 (p. 25-30).
- COURTINE, Jean-Jacques. **Analyse du Discours Politique** (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages 62**. Paris: Larousse, 1981.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re) Tratos Discursivos do Sem-Terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- _____. **Interação Social e Formação Discursiva no Movimento de Luta pela Terra**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (mimeo).
- _____. Os sujeitos e os discursos na História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves et al. **Sujeito, Identidade e Memória**. Uberlândia: EDUFU, 2004 (Linguística in Focus) (p. 108-119).
- _____. Terra: um Signo Plural. In: FREITAS, Alice Cunha; CASTRO, Maria de Fátima F. Guilherme. **Língua e Literatura – ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 109-122).

_____. A Constituição da Análise do Discurso na Linguística. In: FIGUEIREDO, Célia Assunção, et al. (orgs.). **Lingua(gem): Reflexões e Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. (p. 33-46).

_____. História e Linguística: formação e funcionamentos discursivos. In: __; SANTOS, João Bôsko Cabral. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004. (p. 43-70)

_____; FERREIRA, Luzmara Curcino. Terra no Discurso do Sem-Terra do Triângulo Mineiro: aspectos estilístico-discursivos. In: **Letras & Letras**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, V. 15, N. 2, jul./dez. 1999. (p. 19-28).

_____; FERREIRA, Luzmara Curcino. Discursos em Confronto *Veja* e *Bundas*, o MST em questão. In: GREGOLIN, Maria do Rosário, et al. (Orgs.). **Análise do Discurso: entornos do sentido**. São Paulo: Cultura Acadêmica / Araraquara: UNESP-CAR – Laboratório Editorial, 2001.

_____; ALVES Jr., José Antônio. Mutações da Noção-Conceito de Sujeito na Análise do Discurso. In: III Seminário de Pesquisas em Análise do Discurso – Sujeito e Subjetividade. Uberlândia: UFU, 2008.

_____; ALVES Jr., José Antônio. Sujeito Discursivo e Construção Identitária do Mendigo. In: I Jornada Internacional de Estudos Discursivos. Maringá: UEM, 2008. FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Layola, 2000.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Ditos & Escritos V – Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**.

Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. La Linguistique comme contexte de l'Analyse de Discours?. RCP – ADELA – CNRS, **Mots**, N° 9, 1984. (p. 19-24).

GREGOLIM, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

_____. . Identidade: objeto ainda não identificado? **Estudos da Linguagem**. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

_____. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral dos. **Teorias Lingüísticas: Problemáticas Contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

_____. Discurso e Memória: Movimentos na Bruma da História. In: **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: UNESP, 1997. (p. 45-58).

GUILHAUMOU, Jacques. Histoire/discours, archive/configuration, tajeet thématique, événement discursive/linguistique. **Dictionnaire d'analyse de discourse**. Paris: Seuil, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LYONS, John. **Language and Linguistics**. Londres: Cambridge University Press, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: A Questão dos Fundamentos. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, (19), Campinas, jul./dez., 1990. (p. 65-74).

MALDIDIER, Denise. **Reler Pêcheux Hoje**. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

_____. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni. **Gestos de Leitura**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

MUSSALIM, Fernanda. A Análise do Discurso. In: ____; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Lingüística** domínios e fronteiras. V. 2. São Paulo: Cortez, 2001. (p. 101-142).

ORLANDI, Luiz. Do Enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, Ítalo (Org.). **Foucault Vivo**. Campinas: Pontes, 1987. (p. 11-42).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Segmentar ou recortar. In: **Lingüística: Questões e controvérsias**. Uberaba: FIUBE, 1984 (p. 9-26).

_____. A Análise do Discurso: algumas observações. In: **DELTA**, V. 2, Nº 1, 1986. (p. 105-126).

_____. **Interpretação** – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise do Discurso** – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Lecture et mémoire: projet de recherche. In: MALDIDIER, Denise. **L’Inquiétude du Discours** – textes de Michel Pêcheux. Paris: Éditions des Cendres, 1990a.

_____. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990b. (p. 311-319).

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise**

Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990c. (p. 61-162).

_____ et al. Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990d. (p. 253-282).

_____ & FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990. (p.163-252).

_____. **Discurso:** Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. **Semântica e Discurso** - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997b.

_____. Sobre a (Des-)construção das teorias lingüísticas. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas : Pontes, 1998.

_____. O Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999a.

_____. Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso. In: **Escritos**, N^o 4, Campinas: Nudecri, 1999b. (p. 7-16).

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: _____. **Os Limites do Sentido**. Curitiba: Criar Edições, 2002. (p. 167-186).

_____. Existe a Leitura Errada?. In: **Presença Pedagógica**. V. 7, N^o 40, jul./ago., 2001.

REVEL, Judith. **Foucault** – conceitos essenciais. Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SANTOS, João Bôsko Cabral. Uma Reflexão Metodológica sobre Análise do Discurso. In: __; FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004 (p. 109-118).

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem** – discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. A Noção de Formação Discursiva: uma relação estreita com o *corpus* em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS/II SEAD. CD-ROM, 31/10 a 04/11/2005. (p.1-6).

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença** – perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

VOESE, Ingo. **O Movimento dos Sem-Terra na Imprensa: um exercício de análise do discurso**. Ijuí, RS: EDUNIJUÍ, 1998.